



# Demonstrações Contábeis

**Sicoob Norte** 1º Semestre **2022**

Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo  
Sicoob Norte | 31.815.293/0001-99



**SICOOB**

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2022 da Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES ([www.sicoobes.com.br](http://www.sicoobes.com.br)).

## 1. Política Operacional

Em 2022, o Sicoob Norte completa 34 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

### 1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No exercício de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

#### 1.1.1 Aplicativo Sicoob

O aplicativo Sicoob reúne diversas soluções financeiras e de compras, ofertando ao associado uma melhor experiência como associação digital, simulação e contratação de crédito, seguros, recarga de celular, meios de pagamentos e transferências eletrônicas (TED, DOC, Pix, Boletão), depósito de cheque online, consultas de saldos e extratos, investimentos, débito automático, gestão de cartões, configuração de limites personalizados, depósitos de cheques, saques sem cartão, contrato de produtos digitais, dentre outros.

Além do autoatendimento dos produtos e serviços via app Sicoob, também oferecemos atendimento personalizado no chat do app e no Whatsapp 61 4000-1111, a partir de nossa assistente virtual Alice ou diretamente com nossos funcionários, fornecendo assim uma maior comodidade e segurança ao associado

Também disponibilizamos em nosso site [www.sicoob.com.br/sicoobnet](http://www.sicoob.com.br/sicoobnet) a possibilidade de utilizar as mesmas funcionalidades do app a partir do computador.

Visando um engajamento corporativo destinado exclusivamente aos cooperados da instituição, o Sicoob criou o app Sicoob Moob. Este app reúne diversas funcionalidades úteis e inovadoras como divulgação de eventos, assembleias e eleições das cooperativas, confirmação de presença e acesso aos convites. Além destas funcionalidades, possibilitamos a oferta de propostas e negociação de bens das cooperativas do Sicoob ES em nossa Comunidade de Negócios, contendo fotos e informações dos produtos, negociação de valores e esclarecimentos.

#### 1.1.2 Novas Linhas de Crédito

Em 2021 foi iniciado Produto Parceiro Mais que tem por objetivo disponibilizar uma solução de financiamento de bens e serviços para os lojistas que queiram se cadastrar e assim ofertarem esta opção de crédito para seus clientes, visando facilitar o acesso ao crédito para a população e impulsionando o mercado da região.

Outra ação desenvolvida em 2021 foi o aumento da carteira de Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que se trata de do programa do Governo Federal que tem como finalidade de desenvolvimento do Micro e Pequeno empresário. Este crédito pode ser utilizado para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento, isso significa que os recursos obtidos podem ser utilizados para investimento no negócio e/ou para despesa operacionais alavancando desta forma o mercado local. Destas operações liberadas, o Sicoob ES poderá requerer em garantia do Fundo Garantidor de Operação – FGO, regido pela Lei 12.087 de 2009, em 100% do valor de cada operação em garantia.

Por fim em dezembro de 2021 foi iniciado o Projeto Água Limpa + Saúde consiste no acordo de cooperação entre SICOOB ES e Empresas Parceiras, com o objetivo de promover, divulgar e incentivar que produtores rurais do Espírito Santo adotem em suas propriedades o tratamento adequado do esgoto sanitário doméstico através da instalação de biodigestor. O Sicoob participa do projeto disponibilizando o financiamento a baixo custo (taxa de 0,99 a.m) e concedendo um bônus de adimplência de 100% dos juros da parcela paga de forma adimplente.

No primeiro semestre de 2022 foi implementado o "Customer Experience", conjunto de percepções e métricas para atribuir limites automáticos com base no histórico do associado junto ao Sicoob. Esta ferramenta busca melhorar a experiência e a satisfação do associado, com adequando limite de crédito disponibilizado e sem deixar de se preocupar com o risco de inadimplência.

### 1.1.3 Crescimento

No primeiro semestre de 2022 os números combinados das Cooperativas do Sistema Sicoob ES atingiram um total de ativo de R\$ 14,2 bilhões, um crescimento de 27,49% comparado com o mesmo período de 2021. Esse aumento também refletiu nos demais números do semestre, como por exemplo, a carteira de crédito que aumentou 34,43% comparada a 2021 atingindo R\$ 8,9 bilhões. Os depósitos totais também cresceram 27,56%, alcançando R\$ 9,9 bilhões do primeiro semestre de 2022.

Com relação ao resultado combinado do primeiro semestre de 2022, as cooperativas alcançaram a marca de 403 milhões em sobras brutas, esse valor resultou no expressivo crescimento de 64,12% comparado ao resultado de 2021. O total de provisão de Juros sobre Capital Próprio atingiu o montante de R\$ 65 milhões, 375% superior ao remunerado em 2021.

Todos os números citados acima resultaram em R\$ 338 milhões de Sobras à Liquidadas o que representa um crescimento de 45,68% quando comparado a 2021.

## 2. Nosso Desempenho

### 2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Variação
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	42.016	34.551	21,61
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.734	4.163	157,84
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.406	7.811	7,62
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	16.511	14.169	16,53
Receitas com Ato Não Cooperativo	8.067	7.496	7,62
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	29.382	25.214	16,53
Despesas Tributárias	498	752	(33,78)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	6.641	5.975	11,15
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	26.339	6.318	316,89
Juros ao Capital	7.491	1.592	370,54
Sobras Bruta do exercício	49.341	29.771	65,74

Contribuíram para compor as sobras do primeiro semestre de 2022:

Em 2022 as receitas de prestação de serviços e de tarifas tiveram um aumento de 16,53%.

Aumento nas receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo em 7,62% se comparados com o mesmo período de 2021.

No primeiro semestre de 2022 ocorreu um aumento 316,89% na receita de Ingressos e Depósitos Intercooperativos quando comparado ao primeiro semestre de 2021.

A provisão de Juros ao Capital no primeiro semestre de 2022 está sendo 370,54% maior que no mesmo período de 2021.

Em 30/06/2022 foi atingido um total de 49.341 em Sobras Brutas um aumento de 65,74% comparado com 30/06/2021.

### 2.2) Dados Patrimoniais

Balança Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Variação
Ativos Totais	1.524.697	1.164.917	30,88
Centralização Financeira	551.810	479.452	15,09
Carteira de Crédito	866.790	621.473	39,47
Depósitos	801.166	661.510	21,11
Patrimônio Líquido	311.327	241.935	28,68
Patrimônio de Referência (PR)	287.525	222.690	29,11

Os destaques para o crescimento da Cooperativa do primeiro semestre de 2022:

O total de ativos superou a marca de 1 bilhão e meio de reais, totalizando R\$ 1.524.697 mil ao final do primeiro semestre de 2022, com crescimento de 30,88% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Em 30 de junho de 2022 o saldo da carteira de crédito atingiu o montante R\$ 866.790 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 39,47% em relação a 30 de junho de 2021.

Os depósitos obtiveram um aumento de 21,11% considerando o mesmo período de 2021, atingindo no final do exercício de 2022 montante de R\$ 801.166 mil em depósitos efetuados pelos associados.

O patrimônio líquido cresceu 28,68% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 287.525 mil.

## 2.2) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	30/06/2022			30/06/2021			Em Milhares R\$	
	30/06/2022			30/06/2021			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	140.267	47.991	188.258	115.124	28.071	143.195	45.063	31,47
Crédito Comercial	208.599	469.933	678.532	180.200	298.078	478.278	200.254	41,87
<b>Total</b>	<b>348.866</b>	<b>517.924</b>	<b>866.790</b>	<b>295.324</b>	<b>326.149</b>	<b>621.473</b>	<b>245.317</b>	<b>39,47</b>

## 3) Pessoas

Contávamos com 251 colaboradores no final do primeiro semestre de 2022. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 11.422 mil.

## 4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No primeiro semestre de 2022, houve uma concentração de 74,87% nos níveis de risco "AA" a "C".

## 5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## 7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Sicoob.

No primeiro semestre de 2022, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 44 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 19 foram classificadas procedentes, todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## 9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

São Gabriel da Palha – ES, 14 de julho de 2022.  
**Conselho de Administração e Diretoria Executiva.**

# BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30/06/2022 e de 31/12/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	30/06/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		<b>1.524.697</b>	<b>1.290.889</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4.</b>	<b>25.667</b>	<b>17.720</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>1.491.970</b>	<b>1.279.571</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	52.541	49.990
Relações Interfinanceiras		<b>551.810</b>	<b>499.376</b>
Centralização Financeira	6.	551.810	499.376
Operações de Crédito	7.	866.790	712.316
Outros Ativos Financeiros	8.	20.829	17.889
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(69.030)</b>	<b>(66.894)</b>
(-) Operações de Crédito	7.e	(66.747)	(65.391)
(-) Outras	8.1	(2.283)	(1.503)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>9.</b>	<b>1.088</b>	<b>537</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>10.</b>	<b>15.665</b>	<b>16.136</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>11.</b>	<b>41.474</b>	<b>33.401</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>12.</b>	<b>28.825</b>	<b>22.071</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>12.</b>	<b>1.078</b>	<b>1.073</b>
<b>(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>12.</b>	<b>(12.040)</b>	<b>(12.726)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.524.697</b>	<b>1.290.889</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.524.697</b>	<b>1.290.889</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>13.</b>	<b>801.166</b>	<b>692.865</b>
Depósitos à Vista		371.514	332.365
Depósitos Sob Aviso		2.410	2.961
Depósitos à Prazo		427.242	357.539
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>368.664</b>	<b>289.324</b>
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14.	189.832	121.820
Relações Interfinanceiras		<b>160.648</b>	<b>146.047</b>
Repasse Interfinanceiros	15.	160.648	146.047
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.	16.929	16.929
Outros Passivos Financeiros	17.	1.255	4.528
<b>PROVISÕES</b>	<b>18.</b>	<b>8.006</b>	<b>7.752</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>19.</b>	<b>1.019</b>	<b>1.051</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>20.</b>	<b>34.515</b>	<b>26.992</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>311.327</b>	<b>272.905</b>
CAPITAL SOCIAL	22.a	148.468	128.142
RESERVAS DE SOBRAS		121.009	121.009
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		41.850	23.754
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.524.697</b>	<b>1.290.889</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	30/06/2022	30/06/2021
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>102.904</b>	<b>50.962</b>
Operações de Crédito	7.h	73.846	44.034
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.1	26.339	6.318
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	2.719	610
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(45.283)</b>	<b>(14.256)</b>
Operações de Captação no Mercado	13.b	(29.049)	(5.638)
Operações de Empréstimos e Repasses	27.	(5.500)	(4.455)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.i	(10.734)	(4.163)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>57.621</b>	<b>36.706</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(7.045)</b>	<b>(7.059)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25.	10.435	9.117
Rendas de Tarifas	26.	6.076	5.052
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28.	(11.422)	(9.786)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29.	(14.899)	(13.028)
Dispêndios e Despesas Tributárias	30.	(498)	(752)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31.	6.324	4.738
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32.	(3.061)	(2.400)
<b>PROVISÕES</b>	<b>33.</b>	<b>(192)</b>	<b>(60)</b>
Provisões/Reversões para Contingências	33.1	(46)	15
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	33.2	(146)	(75)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>50.384</b>	<b>29.587</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>34.</b>	<b>317</b>	<b>1.237</b>
Lucros em Transações com Valores e Bens		4	127
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(244)	(152)
Ganhos de Capital		16	16
Rendas de Aluguel		70	85
Reversão de Provisões Não Operacionais		469	1.263
Outras Rendas Não Operacionais		87	26
(-) Perdas de Capital		(8)	(10)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(77)	(118)
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>50.701</b>	<b>30.824</b>
<b>PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS</b>	<b>20. c</b>	<b>(1.360)</b>	<b>(1.053)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>49.341</b>	<b>29.771</b>
<b>JUROS AO CAPITAL</b>	<b>24.</b>	<b>(7.491)</b>	<b>(1.592)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>41.850</b>	<b>28.179</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>	<b>49.341</b>	<b>29.771</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>49.341</b>	<b>29.771</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

	CAPITAL SUBS.	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTAT.	RESERVAS PARA CONTIG.	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>125.091</b>	<b>(1.633)</b>	<b>83.951</b>	<b>206</b>	<b>1.086</b>	<b>8.104</b>	<b>216.805</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(101)	<b>(101)</b>
Constituição de Reservas	-	-	-	-	2.026	(2.026)	-
Distribuição de sobras para associados	5.977	-	-	-	-	(5.977)	-
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização	2.450	(110)	-	-	-	-	<b>2.340</b>
Por Devolução (-)	(5.285)	-	-	-	-	-	<b>(5.285)</b>
Estorno de Capital	(3)	-	-	-	-	-	<b>(3)</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.771</b>	<b>29.771</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.592)	<b>(1.592)</b>
<b>Saldos em 30/06/2021</b>	<b>128.230</b>	<b>(1.743)</b>	<b>83.951</b>	<b>206</b>	<b>3.112</b>	<b>28.179</b>	<b>241.935</b>
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>130.166</b>	<b>(2.024)</b>	<b>117.237</b>	<b>660</b>	<b>3.112</b>	<b>23.754</b>	<b>272.905</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(254)	<b>(254)</b>
Distribuição de sobras para associados	23.500	-	-	-	-	(23.500)	-
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização	2.495	(95)	-	-	-	-	<b>2.400</b>
Por Devolução (-)	(5.574)	-	-	-	-	-	<b>(5.574)</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49.341</b>	<b>49.341</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(7.491)	<b>(7.491)</b>
<b>Saldos em 30/06/2022</b>	<b>150.587</b>	<b>(2.119)</b>	<b>117.237</b>	<b>660</b>	<b>3.112</b>	<b>41.850</b>	<b>311.327</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

	30/06/2022	30/06/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>50.701</b>	<b>30.824</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos	(2.441)	(1.380)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	10.734	4.163
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	146	75
Provisões/Reversões Não Operacionais	(392)	(1.145)
Provisões/Reversões para Contingências	46	(15)
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	2	4
Depreciações e Amortizações	920	579
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>	<b>59.716</b>	<b>33.105</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.718)	(5.765)
Operações de Crédito	(162.105)	(68.824)
Outros Ativos Financeiros	(3.907)	(826)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(551)	(396)
Outros Ativos	863	1.586
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>		
Depósitos à Vista	39.148	53.432
Depósitos sob Aviso	(551)	(121)
Depósitos à Prazo	69.703	(1.695)
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	68.012	11.522
Relações Interfinanceiras	14.601	24.894
Outros Passivos Financeiros	(3.273)	325
Provisões	62	15
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(31)	(534)
Outros Passivos	(1.328)	(1.330)
Outras Destinações	(254)	(101)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>77.387</b>	<b>45.287</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Distribuição de Dividendos	1.181	258
Distribuição de Sobras da Central	1.260	1.122
Aquisição de Intangível	(5)	(17)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(8.362)	(415)
Aquisição de Investimentos	(8.073)	(1.380)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>	<b>(13.999)</b>	<b>(432)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Aumento por novos aportes de Capital	2.400	2.340
Devolução de Capital à Cooperados	(5.574)	(5.285)
Estorno de Capital	-	(3)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>(3.174)</b>	<b>(2.948)</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>60.214</b>	<b>41.907</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	517.263	456.732
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	577.477	498.639
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>60.214</b>	<b>41.907</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30/06/2022 | Em milhares de R\$

## 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB NORTE - SICOOB NORTE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **23/02/1989**, filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB NORTE**, sediado à **AVENIDA GRACIANO NEVES, Nº 221, CENTRO, SÃO GABRIEL DA PALHA - ES**, possui **20** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO DOMINGOS DO NORTE - ES, ÁGUIA BRANCA - ES, NOVA VENÉCIA - ES, GOVERNADOR LINDENBERG - ES, VILA VALÉRIO - ES, BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES, SÃO MATEUS - ES, PINHEIROS - ES, MONTANHA - ES, ECOPO-RANGA - ES, PANCAS - ES, VILA PAVÃO - ES, BOA ESPERANÇA - ES, PEDRO CANÁRIO - ES, CONCEIÇÃO DA BARRA - ES.**

O **SICOOB NORTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 28 de setembro de 2021 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

## 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 14/07/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

### 2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

#### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

**Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020:** a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pe-

las instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

**Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020:** a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

**Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020:** a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

**Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021:** a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

**Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021:** a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano para a implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, segue até 31/12/2022, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

#### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

No intuito de consolidar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor em 1º/7/2022:

i) Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável;

ii) Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente;

iii) Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa;

iv) Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível;

v) Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;

vi) Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor;

vii) Instrução Normativa nº 274, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor;

viii) Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

**Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022:** a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## 2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CREDITO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE** contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

## 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

### a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

### b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por Aplicações interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

### d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

### e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

### f) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

**g) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

**h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

**i) Depósitos em Garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**j) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

**k) Imobilizado de Uso**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**l) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

**m) Ativos Contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**n) Obrigações por Empréstimos e Repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

**p) Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

**q) Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**r) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



**s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**t) Obrigações Legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**u) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

**v) Segregação em Circulante e Não Circulante**

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2022** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**x) COVID19 nas demonstrações Contábeis**

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2022 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

**y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

**z) Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2022**.

**4. Disponibilidades**

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	30/06/2022	31/12/2021
<b>Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)</b>	<b>25.667</b>	<b>17.720</b>
Caixa	25.667	17.720
<b>Relações interfinanceiras - centralização financeira até 90 dias (b)</b>	<b>551.810</b>	<b>499.376</b>
Centralização financeira	551.810	499.376
<b>Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias (c)</b>	<b>-</b>	<b>167</b>
Títulos e Valores Mobiliários	-	167
<b>Total</b>	<b>577.477</b>	<b>517.263</b>

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros junto ao Banco Sicoob.

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Até 90 dias	-	167
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante	49.036	27.350
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	3.505	22.473
<b>TOTAL</b>	<b>52.541</b>	<b>49.990</b>

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

### 5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.719	610
<b>TOTAL</b>	<b>2.719</b>	<b>610</b>

## 6. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido e reconhecido pela cooperativa.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Centralização Financeira - Cooperativas	551.810	499.376
<b>TOTAL</b>	<b>551.810</b>	<b>499.376</b>

### 6.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	26.339	6.318
<b>TOTAL</b>	<b>26.339</b>	<b>6.318</b>

## 7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	1.101	-	<b>1.101</b>	585	-	<b>585</b>
Empréstimos	238.905	279.895	<b>518.800</b>	204.734	226.226	<b>430.960</b>
Títulos Descontados	35.793	-	<b>35.793</b>	21.751	-	<b>21.751</b>
Financiamentos	34.462	88.376	<b>122.838</b>	26.028	67.853	<b>93.881</b>
Financ. Rurais e Agroindustriais	120.223	68.035	<b>188.258</b>	105.427	59.712	<b>165.139</b>
<b>Total das Operações Crédito</b>	<b>430.484</b>	<b>436.306</b>	<b>866.790</b>	<b>358.525</b>	<b>353.791</b>	<b>712.316</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(27.734)	(39.013)	<b>(66.747)</b>	(26.308)	(39.083)	<b>(65.391)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>402.750</b>	<b>397.293</b>	<b>800.043</b>	<b>332.217</b>	<b>314.708</b>	<b>646.925</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	24.295	8	9.209	16.080	49.592	-	37.313	-
A	0,5%	Normal	103.461	3.011	23.206	58.533	188.211	(941)	150.497	(753)
B	1%	Normal	157.005	1.420	40.630	80.387	279.442	(2.794)	218.884	(2.189)
B	1%	Vencidas	885	39	31	-	955	(9)	631	(6)
C	3%	Normal	125.500	3.212	39.161	24.067	191.940	(5.758)	158.369	(4.751)
C	3%	Vencidas	1.886	142	58	-	2.086	(62)	2.232	(67)
D	10%	Normal	71.713	2.335	8.473	4.828	87.349	(8.735)	76.018	(7.602)
D	10%	Vencidas	2.450	208	89	-	2.747	(275)	888	(89)
E	30%	Normal	12.396	365	571	1.128	14.460	(4.338)	15.224	(4.567)
E	30%	Vencidas	1.611	282	269	-	2.162	(649)	1.687	(506)
F	50%	Normal	3.961	174	100	1.155	5.390	(2.695)	6.524	(3.262)
F	50%	Vencidas	1.244	176	68	-	1.488	(744)	1.252	(626)
G	70%	Normal	2.780	45	36	247	3.108	(2.175)	3.951	(2.766)
G	70%	Vencidas	680	159	122	-	961	(673)	2.130	(1.491)
H	100%	Normal	26.734	267	185	1.803	28.989	(28.989)	27.550	(27.550)
H	100%	Vencidas	6.498	752	630	30	7.910	(7.910)	9.166	(9.166)
<b>Total Normal</b>			<b>527.845</b>	<b>10.837</b>	<b>121.571</b>	<b>188.228</b>	<b>848.481</b>	<b>(56.425)</b>	<b>694.330</b>	<b>(53.440)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>15.254</b>	<b>1.758</b>	<b>1.267</b>	<b>30</b>	<b>18.309</b>	<b>(10.322)</b>	<b>17.986</b>	<b>(11.951)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>543.099</b>	<b>12.595</b>	<b>122.838</b>	<b>188.258</b>	<b>866.790</b>	<b>(66.747)</b>	<b>712.316</b>	<b>(65.391)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(55.792)</b>	<b>(1.915)</b>	<b>(3.817)</b>	<b>(5.223)</b>	<b>(66.747)</b>		<b>(65.391)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>487.307</b>	<b>10.680</b>	<b>119.021</b>	<b>183.035</b>	<b>800.043</b>		<b>646.925</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dia):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	1.101	-	-	1.101
Cheque Especial/Conta garantida	11.494	-	-	11.494
Empréstimos	70.522	156.889	279.895	507.306
Títulos Descontados	32.846	2.947	-	35.793
Financiamentos	9.792	24.670	88.376	122.838
Financiamentos Rurais	29.766	90.457	68.035	188.258
<b>TOTAL</b>	<b>155.521</b>	<b>274.963</b>	<b>436.306</b>	<b>866.790</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	179.605	18.117	47.292	245.014	28
Setor Privado - Indústria	68.060	16.369	-	84.429	10
Setor Privado - Serviços	141.335	39.084	-	180.419	21
Pessoa Física	160.615	47.984	140.267	348.866	40
Outros	6.079	1.284	699	8.062	1
<b>TOTAL</b>	<b>555.694</b>	<b>122.838</b>	<b>188.258</b>	<b>866.790</b>	<b>100</b>



e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	65.391	85.618
Constituições	9.953	3.597
Transferência para prejuízo	(8.597)	(23.824)
<b>TOTAL</b>	<b>66.747</b>	<b>65.391</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	47.112	5%	48.424	5%
10 Maiores Devedores	189.920	18%	120.540	14%
50 Maiores Devedores	319.809	31%	243.369	28%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	164.466	165.017
Valor das operações transferidas no período	8.597	23.824
Valor das operações recuperadas no período	(8.406)	(16.320)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(4.620)	(8.055)
<b>TOTAL</b>	<b>160.037</b>	<b>164.466</b>

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	534	372
Rendas de Empréstimos	47.972	26.521
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.890	2.231
Rendas de Financiamentos	8.018	2.924
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.542	1.462
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	914	667
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	579	484
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	1.005	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	1.986	1.562
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	8.406	7.811
<b>TOTAL</b>	<b>73.846</b>	<b>44.034</b>

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(25.961)	(16.472)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	16.973	12.975
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(1.882)	(753)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	136	87
<b>TOTAL</b>	<b>(10.734)</b>	<b>(4.163)</b>

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

## 8. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)</b>	2.818	-	<b>2.818</b>	<b>1.769</b>	-	<b>1.769</b>
<b>Rendas a Receber (b)</b>	7.182	-	<b>7.182</b>	<b>4.874</b>	-	<b>4.874</b>
Rendas Serviços arrecadação de convênios	766	-	<b>766</b>	712	-	<b>712</b>
Rendas da Centra. da Administração Financeira	5.905	-	<b>5.905</b>	3.611	-	<b>3.611</b>
Rendas a Receber Transações Interfinanceiras	71	-	<b>71</b>	90	-	<b>90</b>
Outras Rendas a Receber	440	-	<b>440</b>	461	-	<b>461</b>
<b>Devedores por Compra de Valores e Bens (c)</b>	<b>3.497</b>	<b>1.960</b>	<b>5.457</b>	<b>3.309</b>	<b>2.734</b>	<b>6.043</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber (d)</b>	<b>576</b>	-	<b>576</b>	<b>470</b>	-	<b>470</b>
<b>Devedores por Depósitos em Garantia (e)</b>	-	<b>4.796</b>	<b>4.796</b>	-	<b>4.733</b>	<b>4.733</b>
Pis – Depósito Judicial	-	595	<b>595</b>	-	585	<b>585</b>
Cofins – Depósito Judicial	-	3.027	<b>3.027</b>	-	2.974	<b>2.974</b>
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	933	<b>933</b>	-	933	<b>933</b>
Outros	-	241	<b>241</b>	-	241	<b>241</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14.073</b>	<b>6.756</b>	<b>20.829</b>	<b>10.422</b>	<b>7.467</b>	<b>17.889</b>

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

### 8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(2.124)	-	<b>(2.124)</b>	(1.340)	-	<b>(1.340)</b>
Outros Créditos	(136)	(23)	<b>(159)</b>	(133)	(30)	<b>(163)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.260)</b>	<b>(23)</b>	<b>(2.283)</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(30)</b>	<b>(1.503)</b>

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	-	2.900	2.900	-	2.300	-
A	0,5%	Normal	-	138	138	(1)	1.303	(6)
B	1%	Normal	-	193	193	(2)	287	(3)
C	3%	Normal	-	2.226	2.226	(67)	2.153	(65)

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E	30%	Normal	287	-	287	(86)	173	(52)
E	30%	Vencidas	475	-	475	(143)	266	(80)
F	50%	Normal	17	-	17	(8)	22	(11)
F	50%	Vencidas	181	-	181	(90)	124	(62)
G	70%	Normal	14	-	14	(10)	30	(21)
G	70%	Vencidas	188	-	188	(132)	133	(93)
H	100%	Normal	76	-	76	(76)	120	(120)
H	100%	Vencidas	1.580	-	1.580	(1.580)	901	(901)
<b>Total Normal</b>			<b>394</b>	<b>5.457</b>	<b>5.851</b>	<b>(250)</b>	<b>6.388</b>	<b>(278)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>2.424</b>	<b>-</b>	<b>2.424</b>	<b>(1.944)</b>	<b>1.424</b>	<b>(1.136)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>2.818</b>	<b>5.457</b>	<b>8.275</b>	<b>(2.194)</b>	<b>7.812</b>	<b>(1.414)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(2.124)</b>	<b>(70)</b>	<b>(2.194)</b>		<b>(1.414)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>694</b>	<b>5.387</b>	<b>6.081</b>		<b>6.398</b>	

Na rubrica “(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa” possui uma provisão de R\$ 89 mil referente a operação de pagamento com sub-rogação de dívida para desalinhar imóvel recebido em dação.

### 9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	386	386
Saldo Negativo de csll - Exercícios Anteriores	141	141
Contribuição Social – Antecipações	2	-
IRPJ – Antecipações	172	-
Iss – Imposto S/ Serviço	355	-
IR Retidos a Compensar	2	-
Valores a Restituir – Perdcomp – Curto Prazo	-	10
Valores a Restituir – Perdcomp – Curto Prazo	30	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.088</b>	<b>537</b>

### 10. Outros Ativos

10.1 Descrição – Curto Prazo	30/06/2022	31/12/2021
<b>Diversos</b>	<b>1.437</b>	<b>1.683</b>
<b>Antecipação Salariais</b>	<b>513</b>	<b>159</b>
<b>Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta</b>	<b>75</b>	<b>-</b>
<b>Adiantamentos por Conta de Imobilizações</b>	<b>190</b>	<b>162</b>
<b>Pagamentos a Ressarcir</b>	<b>342</b>	<b>1.228</b>
<b>Devedores Diversos – País</b>	<b>317</b>	<b>134</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>1.554</b>	<b>1.714</b>
<b>Material em Estoque</b>	<b>90</b>	<b>31</b>
<b>Despesa Antecipada (III)</b>	<b>464</b>	<b>403</b>
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	123	265
Software	155	69
Outras Despesas Antecipadas (b)	186	69
<b>Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (I)</b>	<b>1.000</b>	<b>1.280</b>
Outros Imóveis	1.000	1.280
<b>Total – Curto Prazo</b>	<b>2.991</b>	<b>3.397</b>

10.2 Descrição – Longo Prazo	30/06/2022	31/12/2021
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>12.674</b>	<b>12.739</b>
<b>Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (I)</b>	<b>17.415</b>	<b>17.872</b>
Outros Imóveis	17.415	17.872
<b>(-) Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (II)</b>	<b>(4.741)</b>	<b>(5.133)</b>
(-) Outros Imóveis	(4.741)	(5.133)
<b>Total – Longo Prazo</b>	<b>12.674</b>	<b>12.739</b>
<b>Total Geral</b>	<b>15.665</b>	<b>16.136</b>

(I) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(III). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, licença de softwares, por exemplo.

## 11. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito).

Em **30 de junho de 2022** e **31 de dezembro de 2021**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Central ES (a)	28.551	21.673
Participações intuição financeira controlada por cooperativa de crédito – Banco Sicoob (b)	12.923	11.728
<b>TOTAL</b>	<b>41.474</b>	<b>33.401</b>

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no primeiro semestre de 2022 no valor de R\$ 1.260 mil. (No mesmo período de 2021 – R\$ 1.122 mil).

(b) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2022 de R\$ 1.181 mil (No mesmo período de 2021 foi de R\$ 258 mil).

## 12. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	7.965	1.040	
Terrenos	311	311	
Edificações	816	4.293	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(166)	(1.141)	
Instalações	8.961	8.349	4-25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(4.960)	(5.126)	
Mobiliários	2.646	2.383	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(1.737)	(1.703)	
Máquinas	99	104	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(78)	(81)	
Aparelhos de Refrigeração	1.219	1.178	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(803)	(753)	
Equipamentos de Processamento de Dados	5.567	3.166	20%

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(2.427)	(2.098)	
Alarme	50	50	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(34)	(33)	
Cabines de Segurança	181	181	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(135)	(130)	
Armas e Equipamentos	409	408	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(322)	(310)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	241	243	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(174)	(179)	
Equipamentos de Comunicação	272	277	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(227)	(225)	
Veículos	88	88	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(62)	(53)	
<b>Software e Direito de Uso (b)</b>	<b>1.078</b>	<b>1.073</b>	<b>10-20%</b>
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(915)	(894)	
<b>Total Imobilizado de Uso</b>	<b>28.825</b>	<b>22.071</b>	
<b>Total Intangível</b>	<b>1.078</b>	<b>1.073</b>	
<b>Total Depreciação/Amortização</b>	<b>(12.040)</b>	<b>(12.726)</b>	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2022 foi de R\$ 920 mil (no primeiro semestre de 2021 – R\$ 579 mil).

### 13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto, sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Depósito à Vista	371.514	332.365
Depósito Sob Aviso	2.410	2.961
Depósito a Prazo – Circulante	427.230	357.539
Depósito a Prazo – Não Circulante	12	-
<b>TOTAL</b>	<b>801.166</b>	<b>692.865</b>

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	29.699	3%	28.049	3%
10 Maiores Depositantes	112.701	11%	80.790	10%
50 Maiores Depositantes	216.292	22%	162.754	20%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(142)	(49)
Despesas de Depósitos a Prazo	(20.336)	(4.349)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(5.246)	(544)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(2.665)	(178)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(660)	(518)
<b>TOTAL</b>	<b>(29.049)</b>	<b>(5.638)</b>

#### 14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras. Prescrevem pela Lei nº 11.076/04 as Letras de Crédito do Agronegócio - LCA e a Lei de nº 10.931/04 vinculada as Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Obr. por Emissão Letras Crédito Agronegócio - LCA (a)</b>	32.007	98.329	<b>130.336</b>	17.131	59.418	<b>76.549</b>
<b>Obr. Por Emissão De Letras De Crédito Imob - LCI (b)</b>	48.620	10.876	<b>59.496</b>	45.271	-	<b>45.271</b>
<b>TOTAL</b>	<b>80.627</b>	<b>109.205</b>	<b>189.832</b>	<b>62.402</b>	<b>59.418</b>	<b>121.820</b>

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

#### 15. Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	42.804	8.799	<b>51.603</b>	61.060	7.016	<b>68.076</b>
Recursos do Banco Sicoob	69.769	34.881	<b>104.650</b>	37.803	33.751	<b>71.554</b>
Recursos do Banco Sicoob - Capital de Giro Livre	-	4.395	<b>4.395</b>	-	6.417	<b>6.417</b>
<b>Total</b>	<b>112.573</b>	<b>48.075</b>	<b>160.648</b>	<b>98.863</b>	<b>47.184</b>	<b>146.047</b>

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

#### 16. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	30/06/2022			31/12/2021
	Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - acima de 1 ano	Total	
Cooperativa Sicoob Central ES - Rotativo	16.929	-	<b>16.929</b>	16.929
<b>TOTAL</b>	<b>16.929</b>	-	<b>16.929</b>	<b>16.929</b>

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

#### 17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
<b>Relações Interdependências</b>	<b>802</b>	<b>3.891</b>
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	679	635
Ordens de Pagamento (b)	-	3.150
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	123	106
<b>Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)</b>	<b>355</b>	<b>316</b>
Operações de Crédito - IOF	337	295
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7	4
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	11	17
<b>Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)</b>	<b>98</b>	<b>321</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.255</b>	<b>4.528</b>

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

## 18. Provisões

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Fin. Prestadas (a)	2.368	250	<b>2.618</b>	2.197	275	<b>2.472</b>
Provisão Para Contingências (b)	-	5.388	<b>5.388</b>	-	5.280	<b>5.280</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.368</b>	<b>5.638</b>	<b>8.006</b>	<b>2.197</b>	<b>5.555</b>	<b>7.752</b>

(a) Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de junho de 2022**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 86.345 mil (R\$ 79.887 mil em **31/12/2021**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Provisão para Contingências	Provisão para Contingências
PIS	596	586
COFINS	3.027	2.975
Trabalhistas	701	701
Outras Contingências	1.064	1.018
<b>Total</b>	<b>5.388</b>	<b>5.280</b>

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de pagamento.

## 19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:



Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Imposto e contribuições s/ lucros a pagar	72	-
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	126	123
Imposto e contribuições s/ salários	610	662
IRRF sobre Aplicações Financeiras	152	91
IRRF sobre Juros ao Capital	-	50
Outros	59	125
<b>TOTAL</b>	<b>1.019</b>	<b>1.051</b>

## 20. Outros Passivos

Os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
<b>Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)</b>	<b>1.273</b>	<b>2.416</b>
<b>Sociais e Estatutárias</b>	<b>23.150</b>	<b>17.109</b>
Provisão Juros ao Capital (b)	7.491	-
Provisão para Participações nos Lucros (c)	1.672	2.216
Resultado de Atos com Associados (d)	2.421	3.026
Resultado de Atos com não associados (d)	4.759	5.460
Cotas de Capital a Pagar (e)	6.807	6.407
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar (f)</b>	<b>3.929</b>	<b>3.377</b>
Despesa de Pessoal	2.399	1.725
Aluguéis	101	110
Custodia de Valores e Bens	24	18
Comunicações	3	14
Promoções e Relações Públicas	10	106
Segurança e Vigilância	12	-
Manutenção e Conservação de Bens	11	-
Transporte	85	44
Seguro	11	88
Plano de Saúde	4	-
Serviços Gráficos	4	4
Compensado	57	56
Seguros a Recolher	6	6
Seguros Prestamista	573	571
Provisão de Cartões a Pagar	211	200
Custos de Transações Interfinanceiras	80	86
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	70	68
Outras Despesas Administrativas	268	281
<b>Credores Diversos – País (g)</b>	<b>6.163</b>	<b>4.090</b>
Pagamento a Processar	989	2.053
Crédito de Terceiros	148	178
Cooperativa Central	165	295
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	25	9
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	33	38
Taxa de Gravames a Repassar	6	7
Cheques Depositados	1.493	280
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	3.011	58
Outros Credores Diversos	294	1.172
<b>TOTAL</b>	<b>34.515</b>	<b>26.992</b>



(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se a provisão para pagamento em 31 de dezembro de 2022 dos juros ao capital aos associados.

(c) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 1.360 mil no primeiro semestre de 2022, (R\$ 1.053 mil no 1º Sem/2021), a título de participação dos empregados nos resultados.

(d) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(e) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(f) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(g) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

## 21. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB NORTE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

## 22. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Capital Social	148.468	128.142
Associados	69.137	63.328

### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

### d) Reserva Contingência

Constituída na AGO 2020 com as sobras de 2019 no montante de R\$ 1.086 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização até a AGO 2023.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **07/04/2021**, foi deliberado o aumento no montante de R\$ 2.026 mil com as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** também com o prazo de utilização até a AGO de 2023.

### e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **06/04/2022**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2021**, para aumento do capital social no valor de R\$ 23.500 mil.

## 23. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Descrição	30/06/2022			30/06/2021		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas(Ingressos) Operacionais	144.341	136.274	8.067	84.182	76.686	7.496
Despesas(Dispêndios) Operacionais	(77.409)	(76.611)	(798)	(33.509)	(32.515)	(994)
Despesas(Dispêndios) op. proporcional a cada Ato	(25.399)	(23.979)	(1.420)	(23.731)	(21.619)	(2.112)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>41.533</b>	<b>35.684</b>	<b>5.849</b>	<b>26.942</b>	<b>22.552</b>	<b>4.390</b>
Outras Receitas	646	-	646	1.517	-	1.517
Outras Despesas	(329)	-	(329)	(280)	-	(280)
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>317</b>	<b>-</b>	<b>317</b>	<b>1.237</b>	<b>-</b>	<b>1.237</b>
<b>Resultado do Período</b>	<b>41.850</b>	<b>35.684</b>	<b>6.166</b>	<b>28.179</b>	<b>22.552</b>	<b>5.627</b>

#### 24. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio no montante de R\$ 7.491 mil (R\$ 1.592 mil no 1º Sem/2021), visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

#### 25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Cobrança	1.421	1.378
Rendas Transações Intercredis	303	311
Rendas de Cartões	1.157	1.047
Rendas de Convênios	375	322
Rendas de prestações de Serviços - Comissões	2.040	1.607
Rendas de Tarifas	759	700
Comissão com Venda de Consórcios	763	961
Comissão com Venda de Seguros	2.937	2.215
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	197	562
Rendas de Transações Interfinanceiras	426	-
Outras Rendas de Prestação de Serviços	57	14
<b>TOTAL</b>	<b>10.435</b>	<b>9.117</b>

#### 26. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.054	1.675
Rendas de Serviços Prioritários - PF	463	619
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	18	16
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	3.541	2.742
<b>TOTAL</b>	<b>6.076</b>	<b>5.052</b>

#### 27. Operações de Empréstimos e Repasses

As despesas relacionadas as transações de empréstimos e repasses resultaram ao final do primeiro semestre de 2022 e mesmo período de 2021 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
<b>Despesas com Empréstimos Rotativo<sup>1</sup></b>	<b>(1.175)</b>	<b>(316)</b>
Despesas com Empréstimos Rotativo - Sicoob Central ES	(894)	(214)
Despesas com Empréstimos Rotativo - Banco Sicoob	(281)	(102)

<b>Despesas de Repasses Interfinanceiros <sup>2</sup></b>	<b>(4.325)</b>	<b>(4.139)</b>
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(1.802)	(1.834)
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Banco Sicoob	(2.523)	(2.305)
<b>Total</b>	<b>(5.500)</b>	<b>(4.455)</b>

<sup>1</sup>Empréstimos demonstrados na nota 16.

<sup>2</sup>Repasses demonstrados na nota 15.

## 28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Honorários	(1.069)	(887)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.878)	(1.522)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.223)	(1.911)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.916)	(5.199)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2)	(9)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(334)	(258)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.422)</b>	<b>(9.786)</b>

## 29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(562)	(385)
Despesas de Aluguéis	(915)	(833)
Despesas de Comunicações	(605)	(516)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(225)	(295)
Despesas de Material	(249)	(210)
Despesas de Processamento de Dados	(2.088)	(1.981)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(519)	(219)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(370)	(228)
Despesas de Publicações	(12)	(9)
Despesas de Seguros	(63)	(50)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.421)	(1.873)
Despesas de Serviços de Terceiros	(894)	(715)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(896)	(803)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.891)	(2.092)
Despesas de Transporte	(408)	(334)
Despesas de Viagem no País	(77)	(25)
Despesas de Amortização	(20)	(9)
Despesas de Depreciação	(899)	(570)
Emolumentos judiciais e cartorários	(155)	(218)
Contribuição a OCE	(21)	(19)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	(903)	(1.057)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(394)	(316)
Outras Despesas Administrativas	(312)	(271)
<b>TOTAL</b>	<b>(14.899)</b>	<b>(13.028)</b>

## 30. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesa com Impostos e Taxas	(65)	(17)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS	(375)	(337)
Despesa Contribuição ao Cofins	-	(299)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(58)	(99)
<b>TOTAL</b>	<b>(498)</b>	<b>(752)</b>

**31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais**

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	1.046	978
Rendas Juros Cartão de Crédito	1.628	1.392
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	293	215
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	193	270
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	46	144
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	1.181	258
Rendas de Repasses Delcredere	668	340
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	1.260	1.122
Outras Receitas e Ingressos Operacionais	9	19
<b>Total</b>	<b>6.324</b>	<b>4.738</b>

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

**32. Outros Dispendícios e Despesas Operacionais**

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Descontos Concedidos	(448)	(418)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(436)	(388)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(1.643)	(1.313)
Perdas Práticas Inadequadas	(5)	(70)
Perdas Fraudes Externas	(53)	(22)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(355)	(89)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	-	(13)
Outras Despesas Operacionais	(121)	(87)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.061)</b>	<b>(2.400)</b>

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

**33. Despesas com Provisões****33.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes**

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para Passivos Contingentes	(55)	(56)
Reversão de Provisão para Contingências	9	71
<b>TOTAL</b>	<b>(46)</b>	<b>15</b>

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

**33.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas**

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(1.629)	(1.256)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	1.483	1.181
<b>TOTAL</b>	<b>(146)</b>	<b>(75)</b>

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos

cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

#### 34. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Lucro em Transações com Valores de Bens	4	127
Ganhos de Capital	16	16
Ganhos de Aluguéis	70	85
Reversão de Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	469	1.263
Outras Rendas não Operacionais	87	26
(-) Prejuízos em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(244)	(152)
(-) Perdas de Capital	(8)	(10)
(-) Provisões de Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(77)	(118)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>317</b>	<b>1.237</b>

#### 35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no primeiro semestre de 2022.

#### 36. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme a Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2022**:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o primeiro semestre de **2022**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	43.453	5,97%	417
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	744	0,10%	12
<b>TOTAL</b>	<b>44.197</b>	<b>6,07%</b>	<b>429</b>
Montante das Operações Passivas	23.688	5,28%	

b) Operações ativas e passivas - saldo em **30/06/2022**:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em **30/06/2022**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7	1	0,10%
Conta Garantida	5	-	0,08%
Financiamentos Rurais	47.510	461	25,24%
Empréstimos	1.235	17	0,24%
Financiamentos	232	1	0,19%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	17.252	4,69%	-
Depósitos a Prazo	15.893	3,70%	94% do CDI à 100% do CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.992	1,53%	95% do CDI à 98% do CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	3,83% a. m. à 6,97% a. m..	2,79% a. m. à 6,97% a. m..
Conta Garantida	3,58% a. m. à 5,97% a. m.	2,39% a. m. à 5,97% a. m.
Empréstimo	0,24% a. m. + CDI à 1,50% a. m.	0,30% a. m. + CDI ou 1,36% a. m. à 1,80% a. m. + CDI ou 4,83% a. m.
Pronampe - Lei nº 13.999/20	1,25% a. a. + SELIC à 4,00% a. a. + SELIC	SELIC + 4,0% a. a. à SELIC + 6,0% a. a.
Crédito Rural RPL	CDI + 4,50% a.a. à 12% a.a	CDI + 3,00% a.a. à 24,90% a.a
Crédito Rural Repasse	4,50% a.a. à 9,50% a.a	3,00% a.a. à 7,50% a.a
Aplicações Financeiras RDC Longo CDI	94% do CDI à 100% do CDI	95% do CDI à 100% do CDI
Aplicações Financeiras LCA Pós CDI	91% do CDI à 100% do CDI	95% do CDI à 98% do CDI
Aplicações Financeiras DAP – CDI	100% do CDI à 100% do CDI	100% do CDI à 100% do CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	9
Crédito Rural	118.098
Empréstimos	14.450
Financiamentos	588

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2022	30/06/2021
1502 Beneficiários de Gar. Prestadas para Operações Com Outras Pessoas	70	70
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	403	177

f) No primeiro semestre de 2022 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e demais benefícios, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	30/06/2022
Honorários e Cédula de Presença	872
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Previdência Privada	32

### 37. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE - SICOOB NORTE**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB NORTE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL ES**:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>	<b>586.389</b>	<b>521.314</b>
Centralização Financeira - Cooperativas	551.810	499.376
Outros Ativos Financeiros	5.905	3.611



Outros Valores e Bens	123	265
Investimentos	28.551	21.673
<b>Passivo</b>	<b>68.697</b>	<b>85.300</b>
Relações Interfinanceiras	51.603	68.076
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	16.929	16.929
Outros Passivos	165	295

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
<b>Receita</b>	<b>27.599</b>	<b>7.440</b>
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	26.339	6.318
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	1.260	1.122
<b>Despesa</b>	<b>5.242</b>	<b>4.418</b>
Operações de Empréstimos e Repasses	2.696	2.048
Outras Dispêndios e Despesas Administrativas	903	1.057
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	1.643	1.313

### 38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

#### 38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

#### 38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qua-

lidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da Cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o



resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

#### 38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
  - a.1) limite mínimo de liquidez;
  - a.2) fluxo de caixa projetado;
  - a.3) aplicação de cenários de estresse;
  - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

#### 38.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na *Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos,

inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

### 38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das Cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

### 38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

### 39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 40. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Patrimônio de Referência	287.525	222.690
Margem de Compatibilização	147.005	169.018
Índice da Basileia	30,89%	29,11%
Margem de Imobilização	104.456	126.063

**41. Benefícios a Empregados**

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

Os valores gastos referentes a benefícios de Previdência Privada efetuados pela Cooperativa totalizaram em 30/06/2022 R\$ 154 mil (30/06/2021 – R\$ 139 mil).

**42. Provisão para demandas judiciais**

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	3.623	3.622	3.561	3.559
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	701	933	701	933
Outros	1.064	241	1.018	241
<b>TOTAL</b>	<b>5.388</b>	<b>4.796</b>	<b>5.280</b>	<b>4.733</b>

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB NORTE**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 203 mil.

**SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, 14 de julho de 2022.**

**Nivaldo Mauri**  
Diretor Executivo  
CPF: 774.913.007-15

**Paulo Roberto Silva**  
Diretor Operacional  
CPF: 844.330.277-15

**Wanderson Vieira da Silveira**  
Contador CRC nº 016925/O-0-ES  
CPF: 099.673.817-79